

Segurança, Território, População por Michel Foucault¹

Ricardo Abussafy de Souza²

Sônia Aparecida Moreira França³

Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis

Ao longo de suas obras Michel Foucault desenvolveu seus estudos a partir de evidências que denotam a organização de formas de racionalidade características às relações entre os procedimentos de poder e de saber e a constituição do sujeito na Modernidade. Nessa trajetória, foram analisados os processos de racionalização da sociedade e da cultura modernas em diferentes dimensões da experiência humana, sendo estas: 1- as relações entre as experiências que dizem respeito à loucura, à doença, à morte, à criminalidade e à sexualidade; 2- os regimes de verdade que desenham esses objetos tais como os saberes psiquiátricos, psicológicos, jurídicos e pedagógicos; e 3- as técnicas de poder exercidas a partir das instituições psiquiátricas, médicas, penais e educacionais.

Nesta obra em específico, Michel Foucault dá prosseguimento em seus estudos sobre as práticas da biopolítica, conceito este que ele afirma ter deixado “no ar” (p. 03) ao finalizar as aulas do curso intitulado *Em defesa da sociedade (1976-1977)* realizado no ano precedente. É desta forma que Foucault abre seu novo curso no Collège de France em 11 de janeiro de 1978, ampliando seus questionamentos sobre as circunstâncias históricas do conhecimento que se evidencia e tem como objetivo conhecer o homem como um sujeito biológico e racional.

Logo em suas primeiras palavras Michel Foucault delimita com objetividade que estudar sobre a biopolítica significa analisar “uma série de fenômenos (...), a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais, aquilo que na espécie humana, constitui suas características biológicas” (p. 03). A partir disto, Foucault estabelece cinco proposições para o trabalho genealógico: 1) analisar os mecanismos de poder que incidem sobre a ação dos outros e não o que é a natureza do poder; 2) analisar as relações de poder, pois o poder não se funda em si mesmo, mas é causa e efeito de uma relação entre forças; 3) interrogar a própria atualidade da filosofia e os efeitos de saber por ela veiculados como uma política geral de verdade; 4) substituir a idéia de imperativo categórico para determinar um imperativo condicional, que opere não como uma teoria geral, mas como

¹ Foucault, M. (2008). **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978) / Michel Foucault; edição estabelecida por M. Senellart sob a direção de F. Ewald e A. Fontana; E. Brandão (trad.); Cláudia Berliner (rev. trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Coleção Tópicos).

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é pesquisador e articulador de projetos da ONG/OSCIP CIRCUS (Circuito de Interação de Redes Sociais) e Doutorando em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis.

³ Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é Professora Colaboradora da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social. Atuando principalmente nos seguintes temas: projeto da modernidade, Saúde, educação, práticas da liberdade.

uma crítica que se realiza a partir de indicadores táticos de análise; e, por fim, 5) apresenta um único imperativo categórico e fundamental – “nunca fazer política” – a fim de não se perder em polêmicas teóricas expressas no falso problema da relação entre luta e verdade.

A partir desse momento o autor inicia sua análise sobre os mecanismos de segurança constitutivos da racionalidade moderna e percorre, ao longo das aulas de 1977, três elementos fundamentais como objetos de análise: 1) a arte de governar; 2) a organização política do Estado Moderno; e 3) os mecanismos para a organização da racionalidade sobre as formas de experienciar do ser humano.

A novidade da análise de Michel Foucault sobre os modos de operar dos mecanismos de poder está em seu raciocínio sobre a formação das cidades em detrimento ao objeto de domínio no período medieval, a saber, os limites do território. É neste ponto em que se encontra a problemática da modernidade que está em foco nesta obra, ou seja, o problema técnico-político da “naturalidade” da espécie humana dentro de um meio artificial que é a cidade. E é, justamente, na relação com este meio, que se encontra a razão justificativa do conceito de população e as materialidades a serem examinadas pelos dispositivos de segurança. A população será então uma base de dados, cujos cálculos estatísticos se orientam a partir das flutuações das curvas de normalidade que possibilitam posicionar a todos, da média aos seus extremos.

Após delimitar as noções desta racionalidade dos cálculos e da análise dos riscos que poderiam ameaçar a paz governamental, Michel Foucault dedicará quase cinco aulas inteiras para falar de uma razão governamental que tem início no século XVI, o poder pastoral. Pautado, principalmente, na obra de Maquiavel, *O Príncipe*, o autor irá descrever procedimentos e técnicas de um tipo de poder que se fundamenta na soberania divina, mas que exerce seu poder mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território.

Ao definir o poder pastoral, busca-se realizar um paralelo com a Grécia Antiga e a construção de um saber sobre os homens. Da filosofia grega, Michel Foucault concentra-se mais sobre o texto *O Político*, de Platão, em que se apresenta um tipo de procedimento de ascese para o homem político que tem como objetivo ético o trabalho sobre si mesmo, isto é, governar a si próprio para governar a cidade. O que está em questão é o domínio de si mesmo, portanto, qualquer direção da consciência é provisória e dispensa a figura do pastor. A partir de então, as aulas se dirigem a explicitar uma série de diferenças entre a produção de conhecimento do sujeito ético-político em contraste com a produção do sujeito moral cristão da Idade Média.

Nesses capítulos, nos é apresentado um modo de operar das práticas cristãs que se caracteriza por uma economia de mérito e demérito em que a finalidade última será a salvação de cada um e, portanto, de todo o rebanho. Para isto, cada cristão deverá obedecer incondicionalmente aos ensinamentos do pastor. Inscreve-se, desta maneira, um processo de individualização do homem por meio desse poder pastoral concentrado em três eixos fundamentais: a salvação, realizada por uma economia de mérito e demérito, a prática da obediência que institui uma rede de servidão, e a produção de um regime de uma verdade que age a partir do interior do homem, mas é secreta e oculta a ele mesmo e, portanto, sua revelação deve ser intermediada pelo saber do pastor. É assim que, a partir do século XVI se intensifica um regime de condutas ordenado pelas prescrições teológicas da Igreja Católica: o regime das almas.

Ainda, sobre este regime das almas, Michel Foucault vai, talvez com uma disposição jamais antes apresentada, dissertar sobre o que ele denomina como

contracondutas. Ao ensaiar alguns termos como a revolta de condutas, a resistência e a anti-conduta, chega-se a este termo ao exemplificar os movimentos da Contra-Reforma que, conforme o autor, foram fundamentais para estabelecer as técnicas e procedimentos do próprio regime de condutas cristãs. Alerta ainda para a necessidade de existência destas próprias insurgências no interior das práticas de conduta vigentes para garantir a existência do próprio jogo político.

Neste jogo político estabelecido entre os séculos XVII e XVIII, vai ressurgir a problemática dos bens públicos, ou seja, o que é ou não da alçada da prática governamental do Estado e, de seus instrumentos de racionalização para gerir as formas de organização da sociedade, como as riquezas, o fisco, a formação de grandes exércitos, a polícia, a diplomacia, a justiça e, a população. Observa-se, neste contexto, uma forma de racionalização imanente às práticas, diferenciando-se da experiência de transcendência encontrada no regime das almas. Uma razão governamental anterior ao surgimento dos Estados-nação, mas que será crucial para o deslocamento de uma governamentalização do cosmo, para uma razão própria a essa forma de governar que é o Estado. Uma passagem do *Principia naturae* para a *ratio status*. Obviamente não se trata de um desaparecimento das técnicas do poder pastoral, mas sim da emergência de sua forma enquanto razão governamental, já que, como adverte o autor, cabe se perguntar, em que tipo de governamentalidade as técnicas do poder pastoral ainda exercem sua eficácia sobre a condução das condutas do sujeito moderno fora do domínio teológico da Igreja Cristã.

A razão de Estado é a nova governamentalidade em foco no Projeto da Modernidade e é a este estudo que Michel Foucault irá dedicar o restante de suas aulas. De início retomam-se os três eixos fundamentais do poder pastoral a fim de demonstrar as diferenças entre essa forma de governo e a razão de Estado, sendo elas: a salvação, a obediência e a verdade. O problema da salvação, para o Estado, não é mais salvar a alma, mas salvar a si mesmo, a nação e suas riquezas, isto é, o eixo fundamental dessa razão governamental é fortalecer as forças e riquezas do próprio Estado. Não se trata mais de salvar a todos e a cada um, mas salvar as riquezas da nação, mesmo se, para isto, for necessário sacrificar alguns indivíduos, desde que calculadamente comprovado pela estatística o seu custo-benefício. Para que isto seja possível, constrói-se a noção de necessidade da existência do Estado para a preservação da paz de seus cidadãos. Com relação às práticas de obediência, a mudança dos seus procedimentos Foucault as encontrará na obra de Francis Bacon, *Ensaio sobre sedições e distúrbios*, em que o foco se transfere para a boa condução da sociedade e para a manutenção de um bem-estar social. Esse bom governo desenvolve-se a partir de cálculos sobre os níveis aceitáveis de pobreza para que não se corra o risco de sedições ou distúrbios que afetem a paz de Estado. E, por fim, a mudança nas relações com a verdade que se estabelece a partir da produção do conhecimento, isto é, o que está em questão não é mais conhecer as coisas da natureza, mas sim, a natureza e o funcionamento das coisas e a estatística será um tipo de saber fundamental para a construção de uma base de dados sobre os fenômenos da população, campo de intervenção a ação estatal.

Princípio de inteligibilidade do real, este é o eixo instituinte da razão governamental de Estado, que precisa expandir as forças, mas para isso é necessário calcular o maior número de riscos possíveis, tanto àqueles que dizem respeito à política interna, quanto à política externa. Uma tecnologia de gestão dos perigos atuais e virtuais evidenciada pelos tratados políticos e econômicos realizados entre os países europeus e que visam o equilíbrio entre as nações. Um equilíbrio documentado por tratados político-econômicos internacionais e, explorados por Michel Foucault durante as aulas

deste curso. O objetivo deste equilíbrio é a regulação das insurgências e do aleatório em nome de um ideal de progresso. A continuidade e crescimento constante do Estado implicam em evitar as sedições, as guerras, o domínio de um Estado sobre os outros, os sustos ou os imprevistos. A estratégia está em poder calcular o maior número de variáveis possíveis, suas flutuações, inclusive, a probabilidade de emergência das variáveis imprevisíveis.

Um equilíbrio muitas vezes mantido pelo aparelho diplomático-militar, pois, no governo dos e entre os Estados, não é necessário que a guerra seja deflagrada por uma razão jurídica, já que, na era dos tratados internacionais, basta uma razão diplomática para que se ponha em alerta o aparelho militar. Aparelho este mantido permanentemente e que gera efeitos tais como: a profissionalização do homem da guerra, a efetivação de uma estrutura armada permanente, a fabricação de equipamentos de guerra, de fortalezas e transportes militares, a formação de um saber militar voltado para a produção de estratégias e de táticas de enfrentamentos, tipos de manobra militar e de polícia orientadas por esquemas de ataque e defesa.

Outra forma de manter este equilíbrio é produzir e fabricar o privilégio da paz urbana, ou seja, a segurança das cidades, mantida pelo Estado de polícia. Os dois últimos capítulos serão dedicados, portanto, a este segundo conjunto tecnológico característico da nova arte de governar conforme a razão de Estado: a polícia. Foucault nos apresenta um aparelho policial a serviço do Estado do século XVII como o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescer, e manter, ao mesmo tempo, uma boa ordem interna. Apresenta-nos, ainda, um vasto campo de domínio deste mecanismo, que determina as condutas que se referem a si mesmas a partir de valores como a bondade, a conservação de um modo de viver, de uma estrutura de comodidade e áreas de aprazimentos da vida e, também, determina as formas de cuidado e de disciplina das ações públicas. A tarefa da polícia nessa época será de, não apenas garantir a existência da sociedade civil, mas de bem assegurá-la, criando, portanto, o sentido de bem-estar social.

Michel Foucault finaliza seu curso de 1978 apresentando os últimos movimentos deste mecanismo de segurança policial. Acrescenta-se a esses novos elementos da governamentalidade – sociedade, população, segurança – o campo da liberdade, que se transforma também em objeto das relações de poder ao ser bem delimitado e integrado no interior das práticas governamentais. A liberdade é o novo imperativo da razão de Estado, ou seja: quanto de liberdade se precisa para bem governar? Qual o custo de fabricação dessa liberdade? Governa-se de mais ou de menos? Afinal, as artes de governar se relacionam com sujeitos livres desde o século XVIII.

Desta forma, Foucault apresenta elementos suficientes para criar, no mínimo, um campo de experiência deveras inquietante no que diz respeito ao tipo de relação que o homem moderno estabelece com a liberdade, qual seja, aquela que se relaciona com os jogos dos mecanismos de segurança, para garantir a exposição mínima dos indivíduos e da coletividade aos perigos e, que os prende no interior dos dispositivos de governo presentes nessa sociedade do bem-estar social.

Com este curso, Michel Foucault oferece uma aula esclarecedora sobre os procedimentos investigativos, analíticos e críticos que possibilita o estudo genealógico. Vê-se, no decorrer dessa obra, a apresentação de perguntas genealógicas que propiciam a análise dos efeitos de poder e de saber inseridos nas formas de aparecer do ser humano e, de como este irá experienciar as coisas do mundo, sem se valer de proposições teórico-ideológicas universais ou reducionistas. A tradução destas aulas é, portanto,

muito bem vinda para a área da pesquisa acadêmica no Brasil que, com certeza, terá maiores condições para criticar suas próprias práticas na produção de conhecimento.